Instituto Social Ser Mais

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto Social Ser Mais
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Social Ser Mais ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações do superávit das atividades sociais, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Social Ser Mais em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2022

Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
CT CRC 1SP-223.177/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Instituto Social Ser Mais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.779.269	2.759.678
Contas a receber	5	632.428	356.535
Outros créditos	6	18.402	23.952
Total do ativo circulante		4.430.099	3.140.165
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	94.471	120.277
Total do ativo não circulante		94.471	120.277
Total do ativo		4.524.570	3.260.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Social Ser Mais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Nota	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	8	59.335	68.932
Obrigações trabalhistas	9	649.083	555.621
Obrigações tributárias	10	94.959	88.065
Projetos a executar	11	1.397.574	694.509
Total do passivo circulante		2.200.951	1.407.127
Patrimônio social			
Patrimônio social	13	137.391	137.391
(Déficit) superávit acumulado	-	2.186.228	1.715.924
Total do patrimônio social		2.323.619	1.853.315
Total do passivo e do patrimônio social		4.524.570	3.260.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Social Ser Mais

Demonstração do superávit das atividades sociais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Doações e custeios	15	2.160.053	1.504.692
Subvenções	11	946.406	1.299.199
Prestação de serviços	17	8.696.489	9.227.624
Rendimentos financeiros	-	109.828	172.651
Outras receitas	-	66.519	156.494
Total das receitas operacionais		11.979.295	12.360.660
Custos dos projetos			
Salários, encargos e benefícios	18.a	(6.624.387)	(6.115.355)
Serviços de terceiros	18.b	(303.253)	(1.337.390)
Pedagógicas/assist. social e filantropia	18.b	(209.349)	(53.432)
Parceiros institucionais	18.b	(48.619)	-
Custos diretos - atendidos	18.b	-	(16.453)
Total custos dos projetos		(7.185.608)	(7.522.630)
Despesas gerais e administrativas			
Salários, encargos e benefícios	19.a	(2.956.799)	(2.558.459)
Despesas gerais e administrativas	19.b	(1.281.560)	(470.109)
Despesas tributárias	-	(19.485)	(15.999)
Depreciações	-	(33.006)	(47.228)
Despesas financeiras	19.c	(32.532)	(30.311)
Total de despesas operacionais		(4.323.381)	(3.122.106)
Superávit (déficit) do exercício		470.306	1.715.924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Social Ser Mais

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	2021	2020
(Déficit) superávit do exercício	470.306	1.715.924
Resultado abrangente total	470.306	1.715.924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Social Ser Mais

Demonstração das mutações do patrimônio social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2019	615.870	(478.479)	137.391
Déficit do exercício	-	1.715.924	1.715.924
Transferência para patrimônio social	(478.479)	478.479	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	137.391	1.715.924	1.853.315
Superávit do exercício	-	470.306	470.306
Transferência para patrimônio social	1.715.924	(1.715.924)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.853.315	470.306	2.323.621

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Social Ser Mais

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		470.306	1.715.924
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7	33.006	47.228
Provisão para perda outros valores a receber	6	-	-
(Redução) aumento nos ativos operacionais			
Contas a receber	-	(275.893)	291.445
Outros ativos	-	5.550	30.463
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	-	(9.597)	(112.112)
Obrigações trabalhistas	-	93.462	95.889
Obrigações tributárias	-	6.894	2.181
Adiantamentos	-	-	(29.334)
Projetos a executar	-	703.065	(299.849)
Outros passivos	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		1.026.792	1.741.835
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(7.200)	(4.165)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.200)	(4.165)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades		1.019.592	1.737.670
Caixa e equivalentes de caixa no início do exerício	-	2.759.678	1.022.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do exerício	-	3.779.269	2.759.678
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		1.019.591	1.737.670

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituído em 26 de fevereiro de 2008, o Instituto Social Ser Mais (“Entidade”) é uma associação privada sem fins lucrativos e tem como objetivo promover o desenvolvimento do potencial de jovens e adultos, contribuindo para a sua formação integral. Assim, o Instituto foca na capacitação de jovens e adultos em situação de risco social, fornecendo-lhes ferramentas para torná-los empreendedores para a vida,
por meio do processo de educação formal, passando pela formação profissional, além de contribuir para a formação humana, cidadã e empreendedora. As descrições das atividades desenvolvidas e dados quantitativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

Os recursos financeiros aplicados na consecução desses objetivos advêm de parcerias entre o Instituto e empresas privadas, poder público, de doações e contribuições recebidas.

O Instituto não remunera seus dirigentes e não distribui, sob qualquer hipótese, resultados, dividendos ou bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 20 de maio de 2022.

1.2. Efeitos do coronavírus

Conforme comunicado emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença originária de Wuhan (China), posteriormente confirmado (em 20 de janeiro de 2020) tratando-se de pneumonia devido a um novo coronavírus, semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). A partir de 23 de março, medidas de saúde e segurança dos colaboradores foram tomadas, como a adesão do time de São Paulo ao regime de teletrabalho.

Em abril, com o aumento do número de casos no Brasil e no mundo, foi instruído a todos os colaboradores em regime de jornada externa que permanecessem em casa, seguindo as normas e comunicados de cada comunidade.

O Instituto não identificou efeitos adicionais oriundos da pandemia de Covid-19.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)", que teve como data de transição, conforme determinado na própria resolução, 1º de janeiro de 2012, considerando o custo histórico como base de valor e ajustado para: **(a)** refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício; e **(b)** refletir o “custo atribuído” de terrenos e edificações na data de transição para CPCs (1º de janeiro de 2009).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (a “moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todas as informações contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.4.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.4.3. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto mantém os seguintes passivos financeiros não derivativos:

(i) Fornecedores

Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamentos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocação de seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	05
Equipamentos de processamento de dados	05
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 7). Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6. Provisões para perdas de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos as despesas de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas na data do balanço.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: **(i)** o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.8. Riscos de contingências

Em situações em que se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil destes riscos, a Administração do Instituto adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, notadamente pelas interpretações conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000 – Resolução nº 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aborda os procedimentos relativos a “Provisões, Passivos e Ativos Contingentes”.

Dentro dessa linha, conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000, em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente.

Em casos raros, como em um processo judicial, por exemplo, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Entidade adota como política do reconhecimento inicial apenas quando:

- **a)** Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- **b)** É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação;
- **c)** O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020, não se configura a existência de riscos contingenciais que se caracterizam por riscos de perdas prováveis.

2.9. Apuração do superávit ou déficit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e de caixa para a receita de doação de exercícios.

As receitas do Instituto são provenientes de contribuições e doações, recebidas em caixa ou em ativos, de parceiros mantenedores e terceiros, desde que utilizadas de acordo com a sua atividade-fim.

O superávit (déficit) do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias de acordo com a Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto não registrou receitas que não estivessem dentro do seu objetivo social.

a) Doações

O Instituto registra as doações recebidas através de recibo na data do efetivo recebimento em caixa.

b) Parceiros institucionais

Em 2021, o Instituto Ser Mais teve como parceiros institucionais:

- Instituto Cáritas;
- Universidade São Judas Tadeu;
- Fundos da Infância e Adolescência: Estadual (Condeca).

c) Prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços abrangem os serviços prestados de instrução, treinamento e assistência social nos programas de aprendizagem desenvolvidos pelo Instituto e remunerados através da emissão de nota fiscal eletrônica.

d) Rendimentos financeiros

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. São registradas contabilmente no período em que são incorridos.

e) Outras receitas

São receitas como reembolso de despesas e/ou ganhos auferidos no período.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alteram. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Receita de voluntariado;
- Renúncia fiscal;
- Provisões em geral.

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	896	750
Banco conta movimento	245.494	453.176
Aplicações financeiras	3.532.879	2.305.752
Total	**3.779.269**	**2.759.678**

Os saldos de caixa caixas e equivalentes de caixa são representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB) mantidos em instituições financeiras nacionais. São remunerados à taxa média de 99%, podendo ser resgatados a qualquer momento, sem prejuízo do rendimento auferido.

5. Contas a receber

	2021	2020
Duplicatas a receber	632.428	356.535
Total	**632.428**	**356.535**

Contas a receber referem-se aos serviços prestados para os clientes de instrução, treinamento e assistência social nos programas de aprendizagem, os quais são recebíveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrada reversão da perda esperada de créditos, devido à revisão pelo Instituto de seus títulos em aberto. Na avaliação da Administração, não há perdas esperadas de créditos a serem registrados em relação aos títulos em aberto no contas a receber.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento.

Contas a receber por vencimento:

Aging	**31/12/2021**	**31/12/2020**
A vencer	**355.676**	**223.549**
Vencidos	**276.752**	**132.986**
Vencidos até 90 dias	188.913	-
Vencidos de 91 a 180 dias	46.810	100.591
Vencidos de 181 a 365 dias	11.975	32.395
Vencidos há mais de 365 dias	29.053	-
Total	**632.428**	**356.535**

A movimentação do saldo de perda estimada de créditos está demonstrada abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial no exercício	**-**	**(17.937)**
Reversão	-	17.937
Total	**-**	**-**

6. Outros créditos

	2021	2020
Outros valores a receber **(a)**	34.125	37.312
Provisão para perda de outros valores a receber **(b)**	(26.388)	(26.388)
Impostos a compensar **(c)**	280	-
Adiantamento de fornecedores	9.265	10.984
Adiantamento de férias	1.120	1.150
Outros	-	894
Total	**18.402**	**23.952**

(a) Refere-se ao valor desviado por uma ex-funcionária que era responsável pelo departamento financeiro à época do ocorrido. A ex-funcionária se aproveitou das suas funções para desviar valores para pagamento de despesas pessoais. Quando a Administração do Instituto percebeu o que estava ocorrendo e após as devidas investigações e confirmações, além do desligamento da funcionária, também entrou com o procedimento para inquérito e investigação criminal.
No exercício de 2021, a Associação contabilizou uma provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa devido à incerteza quanto ao recebimento do montante atrelado;

(b) Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma provisão para perda devido à incerteza quanto ao ressarcimento dos valores descritos na nota **(a)** anterior. A Associação apresentou uma petição de representação para informar a autoridade policial em ver a autora dos fatos processada caso se entenda tratar de crime de estelionato;

(c) Os saldos de impostos a compensar foram baixados devido à ausência de expectativas de utilização destes créditos tributários.

7. Ativo imobilizado

Conta	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2021	Líquido 2020
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20%	366.886	(366.886)	**-**	**775**
Máquinas e equipamentos	10%	28.560	(9.445)	**19.115**	**21.971**
Móveis e utensílios	10%	78.854	(51.432)	**27.422**	**25.337**
Equipamentos e processamento de dados	20%	251.094	(203.159)	**47.935**	**72.194**
Total		**725.394**	**(630.923)**	**94.472**	**120.277**

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada como segue:

Conta	2020	Aquisições	2021
Custo			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	366.886	-	366.886
Máquinas e equipamentos	28.560	-	28.560
Móveis e utensílios	71.463	7.200	78.663
Equipamentos e processamento de dados	251.283	-	251.283
Total custo	**718.192**	**7.200**	**725.392**
Depreciação			
Máquinas e equipamentos	(6.589)	(2.856)	(9.445)
Móveis e utensílios	(46.126)	(5.305)	(51.431)
Equipamentos e processamento de dados	(179.089)	(24.069)	(203.158)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(366.111)	(775)	(366.886)
Total depreciação	**(597.915)**	**(33.006)**	**(630.921)**
Imobilizado líquido	**120.277**	**(25.806)**	**94.472**

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada como segue:

Conta	2019	Aquisições	2020
Custo			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	366.886	-	366.886
Máquinas e equipamentos	28.560	-	28.560
Móveis e utensílios	66.544	4.919	71.463
Equipamentos e processamento de dados	251.283	-	251.283
Total custo	**713.273**	**4.919**	**718.192**
Depreciação			
Máquinas e equipamentos	(2.996)	(3.593)	(6.589)
Móveis e utensílios	(40.807)	(5.319)	(46.126)
Equipamentos e processamento de dados	(153.942)	(25.147)	(179.089)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(352.188)	(13.923)	(366.111)
Total depreciação	**(549.933)**	**(47.982)**	**(597.915)**
Imobilizado líquido	**163.340**	**(43.063)**	**120.277**

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente, nas operações relacionadas a ele.

8. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” é composta por valores a pagar a diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços, e apresentam a seguinte natureza:

	2021	2020
Flycopy Copiadora Eireli	1.647	-
Maria Luiza Rosa da Silva	2.500	-
Associação Alumini	4.240	-
Arteria Desenvolvimento Profissional Ltda.	4.400	-
PIN People Tecnologia Aplicada a Pessoas	1.465	-
Outros fornecedores	1.539	-
Thuany Menezes Nunes	3.000	-
Maria Luisa Passos dos Santos	-	2.100
Benefício Fácil Serviços Ltda.	3.150	1.180
Grant Thorton Auditoria	-	5.654
D4S Serviços Tecnologia Ltda.	-	300
Renata Salgado de Moraes	-	2.812
Carnegie Brasil Educação	17.906	18.621
CNC Organização e Prestação de Serviços	6.160	5.500
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	9.383	8.613
SP Note Serviços Eletrônicos e Com. Infor.	3.900	800
Jussara Jorge Dos Santos	-	2.400
Luis Manuel da Silva	-	5.200
Mayara Guimaraes de Moura	-	1.869
Sharlayne Angel Jardini Fonseca	-	1.925
Rodrigo Dematei de Freitas	-	1.028
Edgar Aparecido de Moura	-	600
Lacerda Processamento de Dados Ltda.	-	416
Tide Social Comunicação Ltda.	-	6.300
Luciano Marques da Silva	-	667
Isabela Flores Intermediações Ltda.	-	90
Loggi Tecnologia	45	892
RFM Comercio e Industria de Balões e Brinquedos Ltda.	-	500
JAF Junior ME	-	1.464
Total	**59.335**	**68.932**

9. Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas compreendem INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento e as provisões trabalhistas são referentes a férias e seus respectivos encargos, conforme a seguir:

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	467.093	379.835
INSS a recolher	147.493	148.230
FGTS a recolher	28.372	21.423
PIS a recolher	6.125	6.133
Total	**649.083**	**555.621**

10. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias compreendem sobre o faturamento do Instituto, conforme a seguir:

	2021	2020
IRRF a recolher	51.721	44.958
ISSQN a recolher	37.557	41.926
ISS retido a recolher	675	-
PIS/Cofins/CSLL retido a recolher	5.006	1.181
Total	**94.959**	**88.065**

11. Projetos a executar

	2020	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Devolução de recurso	2021
Fumcad **(a)**	-	761.745	-	(355.374)	-	406.372
Condeca **(b)**	694.509	1.581.979	-	(1.285.286)	-	991.203
Total	**694.509**	**2.343.724**	**-**	**(1.640.660)**	**-**	**1.397.574**

	2019	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Devolução de recurso	2020
Fumcad **(a)**	842.680	-	-	(842.680)	-	-
Condeca **(b)**	151.678	1.001.469	-	(458.638)	-	694.509
Total	**994.358**	**1.001.469**	**-**	**(1.301.318)**	**-**	**694.509**

(a) O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad) tem como objetivo financiar projetos que garantam os direitos da criança e do adolescente. A execução do projeto teve início no mês de junho de 2018 e fim em maio de 2019. O projeto atendia 200 adolescentes, com objetivo de formação cidadã, profissional e empregabilidade. Em 2020, a Administração procedeu com o consumo completo do projeto.

(b) O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) tem como objetivo financiar projetos de execução das políticas de atendimento à criança e aos adolescentes. O projeto Jovem em Destaque, por meio do Termo de Convênio nº 599/2016, foi assinado em 14/11/2016.

A execução do projeto teve início em junho de 2018. O objetivo era atender 200 jovens ao longo dos 12 meses, prorrogado para 2022, com foco na formação para vida e geração de renda, e está agrupado no Programa Conexões.

Valores recebidos – referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados;

Rendimentos financeiros – referem-se ao rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar;

Consumo – refere-se aos gastos e aquisições de imobilizados que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social;

Devolução de recurso – valor não aplicado ao projeto e devolvido ao órgão responsável.

Para a contabilização, o Instituto atendeu à Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC TG 07 – "Subvenção e Assistência Governamentais" e a Resolução do CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002.

12. Provisão para demandas judiciais

A Administração efetua uma avaliação dos riscos envolvidos nos processos nos quais o Instituto é parte envolvida. Essa avaliação é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos do Instituto.

Os registros contábeis e as operações do Instituto estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais, previdenciárias e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

O Instituto é parte passiva em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), referente a um termo de convênio assinado em 2014 entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Instituto Nextel (atual Instituto Ser+), no qual ocorrem divergências entre as prestações de contas e, por esse motivo, existe uma ação com montante de perda estimado em R$ 812 mil (os advogados responsáveis pelo andamento desta ação consideram essa perda como possível). Esse valor, se perdido pelo Instituto, deverá ser ressarcido pela empresa Nextel, que é a antiga Mantenedora do Instituto e que se responsabiliza por qualquer perda ocorrida durante seu mandato, dessa forma a Administração entende não ser necessária constituição de provisão de perda.

13. Patrimônio social

O Patrimônio social é constituído pela adoção inicial, por bens e valores que a ele venham a ser adicionados por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ouvindo-se o Ministério Público nos casos de doações com encargos, subvenções que eventualmente lhe sejam destinadas pelo Poder Público, bens que a qualquer título vier a adquirir, rendas originárias de seus bens e dos superávits (déficits) acumulados.

14. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – "Entidade sem Finalidade de Lucros", é dispensável a incorporação do cálculo nas demonstrações contábeis. O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- O Instituto é isento do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97;

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias;
- O Instituto é isento do pagamento da Cofins sobre as receitas próprias, de acordo com artigo 47 da IN SRF 247.

15. Doações e custeios

Nos termos do Estatuto Social, as doações e demais receitas de custeios são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária exclusiva no Banco Bradesco S.A. em nome do Instituto e gratuidades.

Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

16. Parceiros institucionais

São serviços pró-bono de empresas parceiras e a gratuidade obtida de prestação de serviços e no fornecimento de benefícios trabalhistas. O valor atribuído a esses serviços é quantificado com base nos valores de mercado e contrato de prestação de serviço, quando houver.

Para o ano de 2021 a Sociedade Instituto Ser Mais não obteve serviços pró-bono de parceiros institucionais.

17. Prestação de serviços

	2021	**2020**
Prestação de serviço **(i)**	9.446.617	10.030.023
ISS	(750.128)	(802.399)
Total	**8.696.489**	**9.227.624**

(i) O aumento das receitas com prestação de serviço deu-se pelo aumento da demanda de jovens aprendizes, além de demais cursos *in company* fornecidos pelo Instituto, como Diversidade Racial.

18. Custos dos projetos

a) Salários, encargos e benefícios

	2021	2020
Salários	(2.856.978)	(2.779.310)
Vale-refeição e transportes	(1.844.486)	(1.345.853)
INSS	(873.969)	(787.688)
Assistência médica	(390.350)	(457.733)
Férias	(306.221)	(318.682)
13º salário	(220.672)	(251.314)
FGTS	(92.385)	(60.532)
Outras despesas com pessoal	(5.530)	(74.297)
PIS	(33.796)	(32.199)
Seguros de vida	-	(7.747)
Total	**(6.624.387)**	**(6.115.355)**

Os custos com salários, encargos e benefícios incorridos no período de 2021 referem-se ao projeto Conectar Juvenil. O Instituto assume a folha de pagamento de jovens aprendizes em contrapartida da receita incorrida no período. Demais projetos não possuem custos com folha de pagamento para o exercício de 2021.

b) Outros custos

	2021	2020
Serviços de terceiros	(303.253)	(1.337.390)
Custos diretos – atendidos	(257.968)	(69.885)
Total	**(561.221)**	**(1.407.275)**

19. Despesas gerais e administrativas

a) Salários, encargos e benefícios

	2021	2020
Salários	(1.392.156)	(1.078.576)
Vale-refeição e transporte	(278.079)	(203.817)
INSS	(415.188)	(411.500)
Assistência médica	(327.625)	(256.655)
Férias	(225.502)	(223.442)
13º salário	(125.924)	(128.839)
FGTS	(149.388)	(131.383)
PIS	(16.777)	(15.835)
Seguros de vida	(18.926)	(10.597)
Outras despesas com pessoal	(7.234)	(97.815)
Total	**(2.956.799)**	**(2.558.459)**

As despesas com salários, encargos e benefícios referem-se, em sua totalidade, aos gastos com os profissionais do Instituto, direcionado ao projeto Conexão In Company no período de 2021.

b) Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Materiais de escritório e manutenção	(26.345)	(20.579)
Telefone, fax e internet	(25.449)	(26.399)
Lanches e refeições	(3.393)	-
Copa e cozinha	(33.104)	(44.702)
Cartório	(576)	-
Correios e malotes	(2.908)	(6.547)
Perdas	(107.864)	(58.697)
Serviços de terceiros	(933.329)	-
Outras	(148.592)	(313.185)
Total	**(1.281.560)**	**(470.109)**

c) Despesas financeiras

	2021	2020
IR s/aplicação financeira	(8.346)	(8.315)
Despesas bancárias	(16.323)	(15.084)
Descontos concedidos	(7.323)	(5.223)
Juros e multas	(540)	(1.689)
Total	**(32.532)**	**(30.311)**

20. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora.

21. Partes relacionadas

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros da diretoria e do Conselho. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22. Cobertura de seguros

O Instituto contratou seguros para proteção de seu patrimônio de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

23. Atividades desenvolvidas

I) Programa Conexões (integra os Projetos Jovens Talentos e Ateliê Arte +)

Oferece o curso de técnicas de atendimento e informática básica, que contempla aulas de cidadania, técnica de atendimento e vendas, comunicação, inclusão digital e mídias digitais, matemática, língua portuguesa e inglesa, fotografia, expressão corporal e xilogravura, além de atividades extracurriculares de acesso a bens culturais e profissionais visando à profissionalização e à empregabilidade. O programa atua nos eixos: autoconhecimento, autodesenvolvimento e desenvolvimento de talentos.

Objetivo: promover a formação do jovem por meio do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, oferecendo ferramentas e conhecimentos básicos para inserção no mercado de trabalho.

Público-alvo: adolescentes de 15 a 17 anos e onze meses em situação de vulnerabilidade social que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio em escola da rede pública e sejam oriundos das regiões menos favorecidas.

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 683 jovens.

Período de realização: 2021.

II) Projeto Conectar Juvenil

Oferece o curso de aprendizagem voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei nº 10.097/2000 – Lei da Aprendizagem.
O processo de aprendizagem tem duração entre 11 e 15 meses, sendo que 30% da carga horária são aulas teóricas ministradas no Instituto e 70% da carga horária prática acontece dentro da empresa. Ao término do curso, os jovens recebem a certificação de acordo com o arco ocupacional de que fizeram parte. Para ingressar no Projeto Conectar Juvenil, é necessário participar do processo seletivo estruturado com entrevista individual, dinâmicas de grupo e elaboração de redação. Ao ser aprovado no processo seletivo, o jovem inicia simultaneamente o trabalho na empresa onde foi contratado e o curso no Instituto Social Ser Mais. O Instituto é a organização certificadora da aprendizagem nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Objetivo: contribuir para a inserção de jovens egressos dos cursos/projetos do Instituto Social Ser Mais nas vagas de aprendiz no mundo do trabalho.

Público-alvo: jovens entre 15 e 22 anos em situação de vulnerabilidade social que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio em escola da rede pública. Ser egresso do Programa Conexões, organizações parceiras e/ou que estejam em vulnerabilidade social.

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 1.444 jovens.

Período de realização: 2021.

III) Projeto Conexões In Company

Projeto voltado ao valor compartilhado com foco na capacitação do jovem para o mundo do trabalho, através de um planejamento elaborado pela empresa parceira e o Instituto Ser +, dentro da metodologia apresentada pelo Instituto e a necessidade de formação específica em loco para atuação na empresa. No ano de 2020, oferecemos o curso de Administração financeira nas cidades de São Paulo, Barueri e São Bernardo do Campo, em parceria com a empresa Accenture (o Projeto Accenture do Futuro passou a se chamar Projeto Start). Foi realizado também nesse ano, o Programa In Company com a Samsung, o Geração de Futuro, nas cidades de São Paulo e Campinas.

Objetivo: desenvolver habilidades e competências por meio de uma metodologia que trabalha de forma transdisciplinar o autoconhecimento, a autoestima e a descoberta do talento, além de explorar a capacidade do jovem para atividades profissionais nas áreas administrativa e de crédito imobiliário.

Público-alvo: jovens com idade entre 18 e 24 anos.

Período de realização: 2021.

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 799 jovens.

IV) LIFT

É uma ação afirmativa em prol da igualdade racial, que visa o ensino da língua inglesa como ferramenta de mobilidade social. Foi fundada em 2014 pelo Goldman Sachs em parceria com o Linklaters e a Associação Alumni.

Público-alvo: universitários negros e pardos de baixa renda da grande São Paulo.

Período de realização: 2021.

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 92 jovens + seleção de 160 para novo ciclo 22/23.

* * *